



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** » deniserothenburg.df@dabr.com.br

Pressão total

Com mais um aumento na conta de luz previsto para setembro, o Centrão vai ampliar as investidas contra o ministro da Economia, Paulo Guedes. A avaliação é que, com tanto aumento de preços, não tem discurso de “vai comprar fuzil” que consiga esconder as dificuldades financeiras.

Por falar em pressão...

O que mais preocupa, hoje, os políticos governistas é a ameaça de apagão no país, por causa da situação dos reservatórios, e o preço do combustível. Até agora, porém, eles ainda não viram uma campanha séria para que as pessoas economizem energia. Tal qual a pandemia, o presidente Jair Bolsonaro parece preferir esconder os problemas. E o pior para o governo é que já tem gente do Centrão com esse diagnóstico.

Façam o que eu digo...

Quem analisou a fundo o pedido de autorização do governo para emitir títulos para pagamento de despesas correntes — ou seja, quebrar a regra de ouro — concluiu que quem deveria dar o exemplo dentro do governo não fez o dever de casa.

... E não o que eu faço

O Ministério da Economia, que vive pedindo aos demais que cumpram os orçamentos e não queiram mais dinheiro, pediu R\$ 136 bilhões. O da Defesa, R\$ 11,6 bilhões. E isso justamente em áreas que deveriam dar o exemplo de gestão e austeridade.



Vem chantagem aí

Os líderes do governo serão chamados a tentar ajudar o Planalto a retomar o valor de R\$ 164 bilhões que o governo pediu a autorização ao Congresso para emitir títulos e, assim, cumprir o pagamento de pessoal, aposentados e outras despesas correntes. A ideia é, se não retomar os valores iniciais, não tem emendas para as excelências.

O relator, Hildo Rocha (MDB-MA), cortou quase tudo e, em vez de R\$ 164 bilhões, autoriza apenas R\$ 28 bilhões — conforme o leitor da coluna soube em primeira mão, na semana passada. Os valores mantidos foram os destinados ao pagamento de salários. O restante, diz ele, o governo que tire do excesso de arrecadação.

CURTIDAS

Turbinado na maçonaria/ Um maçom leva, pelo menos, sete anos e muitos estudos para conseguir chegar à plenitude, o grau 33. Bem, nem todos. O vice-presidente Hamilton Mourão (foto) fez em menos de um mês. Em duas semanas, ele saiu do grau quatro e chegou à plenitude, o 33. Não é ilegal, nem irregular, mas é privilégio de poucos.

Evaristo Sá/AFP



Ele e o imperador/ Fazer esse caminho tão rápido é raríssimo, conforme lembram os maçons. O maior exemplo citado pelos especialistas no Brasil é o de D. Pedro I, que fez o caminho para grão-mestre em apenas um dia.

Passagem obrigatória/ De quinta a segunda-feira, a política nacional tem se concentrado em São Paulo. É lá que os mais diversos segmentos têm se reunido para buscar a terceira via e, também, acalmar a turma da Faria Lima em relação à perspectiva de muita bagunça no Sete de Setembro. Ah!, em Sampa é possível promover encontros mais discretos, sem que os personagens sejam incomodados.

Por falar em incômodo.../ A notícia do Uol sobre casa alugada por Ana Cristina, ex-mulher de Bolsonaro e mãe de Jair Renan, o 04, será explorada pela oposição em plenário. A ideia é tratar como mais um negócio de uma família que faz uma vida de luxo brotar depois que o ex-marido virou presidente.

O leque é enorme/ Em vez de um fuzil, certamente alguém da sua família vai preferir que você gaste as economias com outros bens.

>> entrevista HUMBERTO COSTA

SENADOR PELO PT-PE E INTEGRANTE DA CPI DA COVID

Parlamentar diz que a comissão tem as evidências necessárias para apontar irregularidades do governo no enfrentamento à pandemia

“Omissões estão bem provadas”

» DENISE ROTHENBURG » JOÃO VITOR TAVAREZ*

O senador Humberto Costa (PT-PE), integrante da CPI da Covid, afirmou já ser possível concluir quais foram as ações e omissões do governo no enfrentamento à pandemia, como a tentativa de buscar a imunidade coletiva e a “postura negacionista e sabotadora das medidas de prevenção contra o vírus”, além do pouco caso com a aquisição de vacinas e as suspeitas de corrupção nas negociações de imunizantes.

De acordo com o senador, haverá pedido de indiciamentos mesmo nos casos em que o ato ilícito não foi concretizado. “O Código Penal prevê que a simples tentativa de corromper, ou aceitar ser corrompido, evidencia crime. Essas pessoas serão, realmente, indiciadas pela prática de crime: corrupção passiva, ativa, ou tráfico de influência”, afirmou, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília. Veja os principais trechos da entrevista.

Como é possível concluir os trabalhos da CPI diante de tantos depoentes que usam o direito de permanecer calados?

Apesar da precariedade da estrutura da comissão, tivemos acesso a muitas informações relevantes, seja pelos pedidos de dados a órgãos públicos do Executivo, seja pelo acesso a investigações anteriores feitas pela Justiça. Tais informações vão funcionar como provas materiais da atuação de determinados atores no processo de tráfico de influência, advocacia administrativa, facilitação de contatos entre empresas e o Ministério da Saúde (referentes às suspeitas de corrupção na compra de vacinas). Teremos muitas coisas, independentemente de os depoentes aceitarem, ou não, falar. Vamos utilizar as evidências quando elaborarmos o relatório final da CPI.

O que já é possível concluir das investigações?

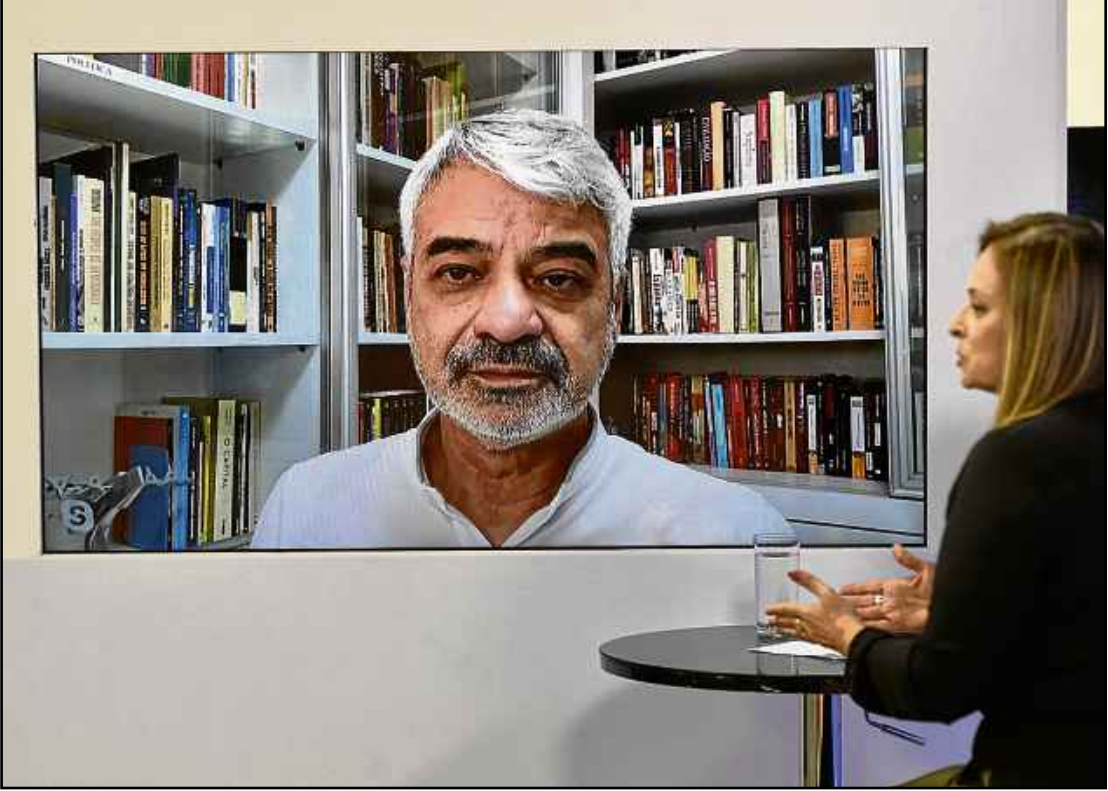
Primeiro, comprovamos a tese de que o governo adotou a busca da imunidade coletiva para enfrentar a pandemia. A partir

disso, também identificamos a postura negacionista e sabotadora das medidas de prevenção; a não garantia das condições para que o sistema de saúde se preparasse para combater a crise sanitária; a omissão nas testagens, na aquisição de vacinas e na proteção aos profissionais da saúde. Creio que esse conjunto de ações e omissões do governo está muito bem provado. Certamente, vão compor o relatório final da comissão. Outra questão se relaciona às suspeitas de atos de corrupção na compra de testes e vacinas pelo Ministério da Saúde. Em alguns casos, isso se concretizou. Mas em outros, não. Então, creio que tudo isso está muito claro para a cúpula da CPI.

No caso da Covaxin, ainda que o governo não tenha pago a vacina indiana, os envolvidos no esquema de propina podem ser responsabilizados?

O Código Penal prevê que a simples tentativa de corromper, ou aceitar ser corrompido evidencia crime. Essas pessoas serão, realmente, indiciadas pela

Minervino Júnior/CB/D.A Press



prática de crime: corrupção passiva, ativa ou tráfico de influência. Ainda que o fato definitivo não tenha se concretizado, isso evidencia crime, e essas pessoas serão indiciadas. O governo tem plena consciência de que isso é verdade. Eles apenas reforçam esse tipo de discurso para tentar minimizar a falta de controle e de competência e a corrupção existente no governo Bolsonaro.

O grupo majoritário da CPI, o G7, do qual o senhor faz parte, já tem data para a entrega do relatório final da comissão?

Nossa obrigação é dizer quem é o responsável pela tragédia social, econômica, política

e, sobretudo, sanitária. Caso a comissão saia do foco, não há problema. Até porque, uma hora voltará (ao foco) à medida que os acontecimentos surgirem. Acho que deveríamos aprofundar um pouco mais as investigações, principalmente o caso do Rio de Janeiro, da VT-Clog (empresa de transporte de insumos para o Ministério da Saúde), e algumas questões relativas à condução do enfrentamento à pandemia. Essa é a minha opinião. Mas para ampla maioria do G7, deve-se ter um prazo definido para concluir o relatório final. O próprio relator da CPI, senador Renan Calheiros, estipula apresentar o seu

relatório na segunda semana de setembro. Assim, acreditamos que deva ser esse o prazo final. O que não puder ser apurado, deverá ser encaminhado ao Ministério Público com as informações já levantadas.

Uma das grandes preocupações do país é o 7 de Setembro, em que bolsonaristas programam manifestações. Como vê essa mobilização?

Acho que o presidente Jair Bolsonaro já desistiu de governar o Brasil há algum tempo. A única preocupação que ele tem é de se manter no poder. Se isso puder ocorrer pela via democrática, eleitoral, tudo bem. Se não

puder, certamente, ele vai tentar algum tipo de escalada autoritária para se preservar no poder. Um autogolpe para se transformar em ditador do Brasil. Eu acho que ele está muito perto de perder todas as esperanças de ganhar a eleição. Vem perdendo espaço o tempo inteiro, cometendo erros, e isso pode lhe custar a vitória no próximo ano. Penso que essas mobilizações que Bolsonaro vai promover no dia 7 são uma tentativa mais efetiva (de golpe). A capacidade do mandatário, hoje, de dar um golpe de Estado com certa estabilidade é pequena. Vejo que falta apoio internacional, das elites econômicas brasileiras, do conglomerado da mídia nacional, das classes médias da população e daqueles que fazem política no Brasil. Então, é provável que, se Bolsonaro levar adiante essa intentona fascista, a tendência é de que se torne mais uma “quartelada” do que um golpe, o que também preocupa, visto que promoverá cerceamento de liberdades e mortes.

Bolsonaro tem apoio das Forças Armadas. Como avalia essa adesão dos militares ao presidente?

As Forças Armadas não vão fazer um movimento sem apoio expressivo de alguns setores importantes da sociedade brasileira e apoio internacional. No entanto, isso não impede que possamos viver uma tentativa de golpe. Não minimizo nem superestimo. Temos de barrar qualquer tentativa assim e, até mesmo, discursos antidemocráticos.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa